

RESENHA

CARNEIRO, MARCELO SAMPAIO. TERRA, TRABALHO E PODER: CONFLITOS E LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO. SÃO PAULO: ANNABLUME. 2013. 180 p.

*Leonardo Oliveira da Silva Coelho*³²

Processos sociais marcados pelos chamados grandes projetos de desenvolvimento, por disputas pela terra, e mobilização por condições dignas de trabalho, no Maranhão, são tomados como objeto de análise neste estudo. O livro de Marcelo Carneiro se debruça sobre as transformações econômicas no espaço agrário maranhense. De maneira contextualizada, destaca que isto ocorre consoante atuação de distintos agentes econômicos, na expansão do capital, havendo, concomitantemente, uma transformação na organização social e econômica camponesa, ao se defrontar com distintas formas de expropriação. Assim, é possível identificar nesta obra, além da sua abordagem regional, o levantamento de questões relativas às transformações mais amplas do espaço agrário brasileiro, ao remeter à corrida de âmbito nacional pela produção de *commodities*, para fins de exportação, não sem deflagrar quadros cada vez mais frequentes de expropriação camponesa no Brasil, seguidos de conflitos e lutas sociais pela terra, e noutros casos por melhores condições de trabalho.

32 Mestre em Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão.

Na primeira parte, o autor analisa o avanço do capitalismo no campo maranhense, paralelamente à resistência de movimentos sociais. Constatase que a natureza do crescimento econômico impulsionado no Maranhão, está diretamente relacionada à intervenção do governo federal, através de políticas públicas de incentivo à entrada de grupos empresariais no estado. Isto foi alimentado pela ideologia do atraso econômico e do questionamento da racionalidade produtiva dos diversos grupos camponeses. Devido à prevalência desta perspectiva econômica, a estrutura agrária do estado foi nas últimas quatro décadas, marcada por altos índices de concentração fundiária, a maior do Nordeste e do país. Consequentemente, os últimos recenseamentos agropecuários indicam maus resultados quanto à geração e manutenção de postos de trabalho no campo maranhense, pois as dificuldades de reprodução da agricultura familiar foram acentuadas pela inexistência de políticas de efetivo alcance destes grupos sociais, e pelo enfraquecimento do seu sistema de plantio de corte e queima. São situações relativamente recentes, impulsionadas pela aplicação da Lei Sarney de Terras de 1969.

Por outro lado, o autor salienta que, paralelamente, e confrontando o processo de expropriação e violência, os trabalhadores rurais mobilizaram-se contra a expansão da grande propriedade nos anos 70 e 80 do século passado. Neste período, o Maranhão registrou mais de 20% de conflitos por terra no país. Assim, entre os anos 80 e 90, cresce a relação entre dinâmicas de ocupações camponesas e a criação de assentamentos de reforma agrária, porém, logo após este período, as desapropriações para fins de reforma agrária passam por considerável queda. Além disso, é flagrante, de acordo com dados registrados pela PNAD (2009) e Censo Agropecuário (2006), a redução do número de trabalhadores permanentes na lavoura e na pecuária. Ao lado destas informações, acrescenta-se que o emprego quando gerado para os trabalhadores assalariados agrícolas, é temporário, as condições de trabalho são precárias, insalubres, informais, culminando em situações de trabalho escravo – o que só na

primeira década do século XXI (2001-2009) ganha ampla repercussão pública, devido ao aumento do número de denúncias.

O livro traz instigante análise a respeito da transformação econômica do Maranhão nas últimas décadas: trata-se da experiência do Programa Grande Carajás. Fomentada pela intervenção direta do Estado Brasileiro, a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) não só coordenou tal programa, como foi capaz de criar, articuladamente, ramificações com empreendimentos econômicos de outra natureza. Tais empreendimentos tornaram-se dependentes da infraestrutura e logística controladas pela CVRD, que, não por acaso, incentivou a formação daqueles ao seu redor. O Projeto Ferro Carajás se constituiu, portanto, num grande empreendimento mina-ferrovia-porto, com todas as condições institucionais necessárias sob o controle da Vale, tornando-se assim uma grande exportadora de minério de ferro no mundo.

O autor, portanto, levanta a tese de que a Vale é a principal protagonista em termos da mobilização econômica do Estado, pois em torno dela ascenderam as produções de ferro-gusa, sojícola e de eucalipto (carvão vegetal). São estratégias econômicas da Vale que concorreram para a formação de uma ampla área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), pois sendo a produção de *commodity* para a exportação a principal característica do conjunto destes empreendimentos, é o controle das minas, da estrada de ferro e dos portos, que assegura à Vale o monopólio necessário para que toda a produção seja extraída e escoada, alcançando o mercado internacional, o que explica a condição de dependência de tais empreendimentos. Foi assim que a empresa criou clientelas subordinadas ao chamado Corredor de Exportação Norte, e dos diversos tipos de minério extraído pela companhia.

Marcelo Carneiro, portanto, mais do que se deter às implicações sociais, econômicas e ambientais da presença de grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia Oriental Maranhense, desenha uma espécie de mapeamento geográfico dos empreendimentos econômicos,

e dos conflitos envolvendo segmentos camponeses afetados pelo projeto Carajás.

A obra também elucida características concernentes à luta pela reforma agrária e às relações de patronagem no Maranhão. Discute que em áreas de ocupação antiga, embora a propriedade da terra tenha passado pelo domínio de distintos proprietários, a estrutura da relação entre estes e os camponeses, que permaneceram na terra, não foi substancialmente afetada, quer dizer, a patronagem ainda aparece caracterizando as relações sociais. Isto foi demonstrado na identificação de um conflito deflagrado entre patrão e cliente culminando, neste caso, num resultado favorável aos camponeses, que passaram a disputar a posse da terra, a partir do momento em que foram impedidos de continuarem a cultivá-la.

Há, então, neste estudo de caso, uma refinada sociologia do processo de esgotamento das relações patrão-cliente, revelando como este rompimento se dá entre ambas as partes (e não unilateralmente), e que fatores concorreram para a transformação das terras de propriedade privada em área de assentamento de reforma agrária. Para tanto, argumenta-se que do ponto de vista dos trabalhadores, o principal agente na disputa pela permanência na terra, não era “qualquer agregado”, pois na rede de relação patrão-cliente, o agente em questão ocupava uma posição privilegiada, bem mais próxima do patrão em relação aos demais. Havia estreitos laços de confiança mútua, tanto que ele chegou até a encarregar-se de cobrar foro, pelo uso da terra, dos outros agregados.

Além disso, ele detinha recursos financeiros, os quais foram mobilizados para arcar com os custos dos serviços de um advogado nessa situação de disputa. Mobilizava, ainda, outras redes de alianças fundamentais para conquista da terra pelo grupo, a saber: Sindicato de Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, INCRA, Igreja Católica, demais trabalhadores agregados – também afetados –, e políticos locais, inimigos daqueles aliados

à família dos proprietários. Soma-se a isto, o enquadramento dessa situação singular à conjuntura econômica deste período, pois se nos anos 50 e 60 a economia baseada na produção açucareira e de aguardente no engenho da família de proprietários estava em alta, isto tudo se modificou nos anos 80, quando da eminência do conflito. Neste período, os proprietários já não eram apenas aqueles da primeira geração, mas também os da segunda. Coube aos últimos, efetuarem a divisão da propriedade, ou seja, pretendiam vender suas terras, que estavam sob a posse dos camponeses, pois a contrapartida financeira já não era a mesma, além de estarem politicamente vulneráveis com a derrota nas últimas eleições dos seus aliados de então. Seriam todos estes os condicionantes que teriam determinado a conquista da terra pelos camponeses, marcada por uma mudança de configuração social, antes situada na relação com a terra mediada pelo vínculo patrão-cliente, e depois por arranjos sociais no assentamento de reforma agrária.

Outras situações, demonstrativas da mobilização camponesa pela terra, são destacadas neste estudo. Trata-se do movimento de ocupações camponesas em latifúndios improdutivos de propriedade de grupos empresariais. Estes mantêm o domínio da terra para fins de especulação fundiária, e à espera de incentivos fiscais do Estado. São áreas localizadas no Vale do Pindaré, na Amazônia Oriental maranhense. Antes de tornarem-se propriedade de tais grupos nos anos 70, já estavam ocupadas por camponeses ainda nos anos 60, portanto, antes da vigência da Lei Sarney de Terras de 1969. Com a chegada da Estrada de Ferro Carajás, as empresas estavam empenhadas em valorizar estas áreas, sem torná-las produtivas. Isto não fez o menor sentido para lógica camponesa, marcada pela relação de trabalho com a terra. Foi assim, por uma justificação moral, que ali se formou uma frente camponesa de ocupação das margens do rio Pindaré, onde houve processos de expropriação anteriores. Esse movimento de ocupação, também atraído pela Estrada de Ferro Carajás, deu-se na segunda metade dos anos 80, em que a conjuntura histórica

e política brasileira – com a Nova República –, oferecia condições mais favoráveis para legitimação das ocupações camponesas.

Segundo o autor, tal ocupação ocorreu sem regularização fundiária definida. Os camponeses tiveram que criar mecanismos de legitimidade para direção do processo de ocupação, e para sua organização nas áreas ocupadas. Isto ocorreu não sem obstáculos, pois sem a intervenção efetiva do Estado, não houve total controle na gestão dos loteamentos de terra pelas lideranças locais, havendo, inevitavelmente, casos em que a divisão e a apropriação dos lotes foram desiguais, deixando lacunas para ação de grileiros. De todo modo, algumas estratégias foram adotadas pelos trabalhadores, como construir o povoamento às margens da EFC, e não no interior da mata, uma forma de promover a visibilidade da ocupação. Outra ação coletiva de fortalecimento da mobilização do grupo consistiu em atrair outros trabalhadores para ali se instalarem. Contudo, perdeu-se o controle da situação, superlotando estas áreas devido a grande quantidade de pessoas, ultrapassando a capacidade do povoado, alimentando disputas e conflitos internos, e gerando, conseqüentemente, o avanço de trabalhadores para outras áreas (fazendas) vizinhas. Ou seja, os líderes que estiveram à frente do povoamento não conseguiram garantir legitimidade como gestores das áreas ocupadas, que poderia ser assegurada, mesmo com a inoperância do Estado, neste processo de construção de um novo lugar de vida e trabalho. Evidencia-se o quanto este processo de ocupação é complexo ao demandar áreas de assentamento não sem formas eficientes de gestão e controle, numa constante mobilização dos trabalhadores, quer dizer, o acesso a terra implica em outros tipos de disputa entre os próprios ocupantes, não sendo por isto uma solução suficiente para garantir a permanência dos camponeses.

Marcelo Carneiro encerra o livro, congregando análises sobre estratégias de trabalhadores rurais face à expansão do capital no campo maranhense, fator limitante da economia camponesa, que periodicamente é afetada devido ao aumento da concentração fundiária no estado.

Entender de que modo isto pode impulsionar o trabalho assalariado, torna-se fundamental para que as análises sobre o trabalho nas carvoarias e nos canaviais paulistas (duas situações emblemáticas na parte final do livro), não se reduzam a denunciar as precárias condições sob as quais os trabalhadores são submetidos. Apoiado em trabalho de campo, o autor esclarece que mais do que vítimas de aliciadores e da exploração do trabalho infantil, os camponeses se organizam com vistas à ocupação destas atividades, mobilizando familiares que fazem a mediação de outros trabalhadores, portanto, há uma rede onde eles acionam entradas e saídas nas carvoarias ou nos canaviais.

É também a família que controla a inserção dos seus filhos nestes locais de trabalho, por meio de atividades adaptadas às suas capacidades físicas, portanto, este processo ocorre paulatinamente sob a supervisão dos familiares. De forma alguma, pretende-se ignorar a existência de exploração nestas condições de trabalho, porém, há aqui um zelo pela interpretação destas práticas, levando-se em conta o ponto de vista destes trabalhadores, com os quais se fez a pesquisa, dando relevo para uma análise mais relacional, atenta às configurações sociais em questão, quer dizer: ao mesmo tempo em que há exploração, não se pode ignorar algumas particularidades, pois estes agentes têm interesses, planejam-se com relativa autonomia, organizam-se sob bases familiares, vislumbrando possibilidades de reunir recursos, buscar melhores condições de vida. Mantêm redes familiares entre suas casas e as carvoarias do Maranhão, e até mesmo em canaviais fora dos seus lugares de origem. Isto pode ser entendido como estratégias camponesas para garantia da sua reprodução social e material frente à expropriação pujante, que reduz a cada dia sua capacidade de subsistência, impossibilitando o crescimento do patrimônio familiar.

Por fim, o livro é claramente uma referência para aqueles interessados na análise das dinâmicas de configurações sociais no mundo rural brasileiro, no tocante à expansão do capital. Problematiza o modelo

desenvolvimentista adotado no Maranhão, com produção voltada inteiramente para o mercado externo, acompanhada de impactos devastadores no âmbito social, ambiental e para as economias locais. Há uma reflexão crítica sobre as precárias condições de trabalho assalariado em carvoarias, e sobre a migração de trabalhadores para os canaviais de São Paulo, mostrando como a concentração fundiária reforça estas dinâmicas camponesas. Chama atenção para as lutas sociais de camponeses em processos de ocupação, tanto em áreas antigas quanto de fronteira, dando relevo aos conflitos que se desenrolam na gestão dos assentamentos de reforma agrária. Destaca, enfim, a ausência do estado no ordenamento fundiário do país, com referência à política de reforma agrária, considerada incipiente pelo autor.

Recebido em: 05 de dezembro de 2017.

Aprovado em: 28 de março de 2018. ◀